

Brasileiros se orgulham da natureza

Meio ambiente e economia não são como água e óleo

Camila Rocha

Doutora em ciência política pela USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Nos últimos anos, muitas pesquisas procuraram explorar os fatores que condicionam a visão política no país. Passou a ser algo correto compreender tal divisão como uma síntese da opinião pública. Brasileiros seriam como água e óleo e depender de suas escolhas eleitorais.

No entanto, existem valores profundos que nos unem, a despeito de nossas diferenças. A maioria das pessoas se guia por crenças mais estáveis

do que opiniões expressas nas urnas, o que possibilita a criação de canais de diálogo e consensos sobre temas de extrema importância, como o meio ambiente.

Para compreender em maior profundidade tais valores, a organização Morada Comun, em parceria com a Quares, realizou no ano passado mais de 4.000 entrevistas domiciliares. A partir de uma metodologia que procurou ir além de divergências político-partidárias e

recortes demográficos padronizados, a pesquisa resultante, chamada No Baiz do Brasil, organizou a população brasileira em sete grupos.

Apenas dois grupos, "enxias dos progressistas", 8% dos entrevistados, e "defensores da pátria e da família", 12% dos entrevistados, têm posicionamentos consistentemente opostos. Os demais grupos se distanciam de polarizações. Para a maioria, os valores que mais influenciam seu comportamento

e forma de pensar são a religião (23%), o trabalho (18%) e o local de origem (18%). As pessoas que citam o posicionamento político como fator determinante são somente 7%, e mais da metade dos entrevistados (54%) é pouco ou nada interessada por política.

A pesquisa aponta ainda que a maioria sente que os valores da sociedade vêm passando por transformações aceleradas e está pessimista em relação ao futuro. Para 78% dos

entrevistados, os valores da sociedade estão mudando muito rápido, e mais de 90% acreditam que o Brasil e o mundo estão cada vez mais perigosos. O futuro das novas gerações também é motivo de preocupação: 62% não acreditam que nossos filhos irão viver melhor do que hoje.

Ao mesmo tempo, 79% dizem ter orgulho de serem brasileiros, e o que mais inspira esse orgulho é a natureza (45%). A ideia de que é preciso proteger a natureza é uma norma social no Brasil. Quase a totalidade dos entrevistados (98%) concorda que é seu dever proteger a natureza para as futuras gerações. Além disso, 79% se dizem muito preocupados com as mudanças climáticas, e 76% apontam que tais mudanças são fruto da ação humana, o que distancia a maioria das

brasileiros do negacionismo climático. Há, ainda, um consenso a respeito da soberania nacional. Para 86% dos entrevistados, o Brasil deve ter poder de decisão sobre a Amazônia sem intervenção externa.

Porém, existem divisões importantes no que diz respeito à relação entre economia e meio ambiente. Ao mesmo tempo que 79% discordam da ideia de que é preciso crescer e reduzir a pobreza mesmo que se precise desmatar para isso, 37% dos entrevistados entendem que a preocupação com o meio ambiente impede o desenvolvimento econômico, e 38% acreditam que defender interesses humanos é mais importante do que cuidar da natureza. Assim, ainda é preciso demonstrar, na prática, que meio ambiente e economia não são como água e óleo.

| DOM: Elcio Gaspari, Celso Rocha de Barros | S6S: Deborah Bizarria, Camila Rocha | TEX: Joel Pinheiro da Fonseca | QU: Elcio Gaspari | QU: Conrado H. Mendes | S6S: Marcos Augusto Gonçalves | S6S: Demétrio Magnoli

Pacheco e base de Lula barram pressão por anistia após ato bolsonarista

Oposição reconhece que pauta depende de mobilização popular para avançar no Congresso

Thaís Oliveira

ANISTIA. Apesar do apelo de bolsonaristas por anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro, aliados do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmam que a chance de a pauta avançar é nula, e até mesmo a oposição pondera que o tema depende de apoio popular.

Senadores da base de Lula (PT) se colocam de forma ativa contra o projeto de lei pró-anistia apresentado pelo senador Hamilton Mourão (Republicanos-ES) e afirmam que é preciso responsabilizar as pessoas que agiram contra a democracia.

Parte do grupo também aponta que o pedido seria encarado como um sinal de reprovação do Congresso ao STF (Supremo Tribunal Federal)—especialmente ao relator dos casos, ministro Alexandre de Moraes—e defende a continuidade das investigações.

"Não somos o Supremo do Supremo? Não faz sentido. É a Justiça que deve entrar nesses detalhes [de quem fez o quê]", afirma o senador Marcelo Castro (MDB-PI).

"Atenção contra a democracia tem que ir para os rigores da lei. Tem que pagar. Perdição por quê? E se esses caras tivessem implantado uma ditadura? O que eles têm direito? Contradição, ampla defesa, juiz justo".

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), diferencia a situação dos golpistas da de militares que foram perdoados após a ditadura militar e diz que não há uma situação excepcional no Brasil em 2023.

"Você tinha um regime de exceção [durante a ditadura], então cabe uma anistia para reafirmar. A anistia está pausada. Teve uma eleição, o presidente tomou posse. Alguém que não gostou da situação, eu não vejo por que anistiar. Se a pena está forte na frasca, não é comigo, eu não sou do Judiciário".

Outro argumento no entorno do governo é com a imagem que o Brasil passaria aos demais países com o



O senador Jaques Wagner (PT-BA) com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Pedro Lemos - 20/02/2023/Infopress

perdão a pessoas que invadiram a sede de seus Poderes. Alguns lembram que até mesmo presenças protocolares foram destruídas.

Bolsonaristas batem na tecla de que nem todas as pessoas presas em Brasília participaram da invasão e da destruição do Planalto, do Supremo e do Congresso Nacional.

Na justificativa do projeto de lei, Mourão afirma ainda que os presos estão sendo julgados na última instância do Judiciário, o STF, e que a corte tem sido incapaz de individualizar a conduta de cada um deles.

Líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN) afirma que o processo de anistia "faz parte da tradição do Brasil", mas avisa que a pauta precisa de mobilização popular para avançar no Congresso.

"Um tema como esse depende muito da forma como a população reage. Dependendo do humor das ruas, da pressão da sociedade, da conexão que os parlamentares têm com seus eleitores. É um processo natural".

O pedido de anistia foi formalizado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na mani-

festação do dia 23 de fevereiro convocada por ele na avenida Paulista. O ex-mandatário falou em conciliação e disse que "há pobres cidadãos presos em Brasília, além de 'heróis de país vivos'".

"Não já anistiamos no passado quem fez barbaridades no Brasil. Agora nós pedimos a todos os deputados, senadores, um projeto de anistia para que seja feita justiça em nosso Brasil", afirmou Bolsonaro aos apoiadores no dia.

Em entrevista ao programa "É Notícia", da RedeTV!, Lula criticou o pedido feito por Bol-

sonaro: "Quando o cidadão lá pede anistia, ele está dizendo: 'Não, perdoo os golpistas. Está confessando o crime'".

Líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA) diz concordar com a avaliação do presidente Lula e declara ser "totalmente contrário" à anistia das pessoas que participaram da tentativa golpista.

"Aquele que agiu contra a democracia, com violência, depredação do patrimônio público, deve responder como qualquer cidadão comum. Não posso anistiar quem atuou daquela forma, quem quis fazer um ato criminoso para que o golpe militar pudesse acontecer pelas Forças Armadas".

O projeto apresentado por Mourão diz que a lei não alcançará acusações e condenações "por dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado e associação criminosa, porventura ocorridas em razão das manifestações" de 8 de janeiro.

"Essas pessoas estão sendo julgadas na última instância, não foi obedecido o princípio do juiz natural, as condutas não são individualizadas", disse Mourão em entrevista à Folha em novembro do ano passado.

Outras propostas com o mesmo objetivo tramitam na Câmara. Elas foram anexadas a um projeto de 2022 que pede anistia às pessoas que bloquearam rodovias, acamparam em frente aos quartéis ou participaram de qualquer manifestação após a vitória de Lula.

O texto, no entanto, diz que a medida valerá do dia 31 de outubro de 2022 até a entrada em vigor da lei — o que contemplaria os envolvidos no ataque de 8 de janeiro.

A relatora na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL-SP), já rechaçou as propostas. "No Estado democrático de Direito não há lugar para a edição de leis que contrariem o interesse da coletividade", escreveu.

Raquel de Lyra impõe revés, e João Campos é pressionado a definir aliança com o PT

José Matheus Santos

RECIFE. A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), levou o PDT para sua base aliada, deixando o partido mais distante de apoiar o projeto de reeleição do prefeito João Campos (PSB) no Recife. A adesão nasce de uma disputa de forças local entre os dois políticos.

Esse é o segundo partido atraído por Raquel de Lyra para se aliar a Campos. O primeiro foi o PSB, que compôs com o prefeito em agosto de 2022.

Com isso, Campos, apesar de ser favorável à reeleição, está mais dependente do PT para conseguir um tempo de propa-

ganda expressivo no rádio na televisão. Hoje ele tem apoio do PSB e do PSB.

A Federação PT/PP/PC do B tende a caminhar com o prefeito, mas exige indicar um petista para a vaga de vice na chapa.

O PSB resistiu a ceder a vice para o PT por causa da possibilidade de Campos ser candidato a governador em 2026, o que exigiria renunciar e entrar na disputa de vice na chapa.

No PT, a leitura é que há resistência de Campos e do PSB. Caso haja negativa, os petistas prometem apoiar ao presidente Lula, única pessoa que acreditam que jamais ouvirá

um tempo de propaganda expressivo no rádio na televisão. Hoje ele tem apoio do PSB e do PSB.

A Federação PT/PP/PC do B tende a caminhar com o prefeito, mas exige indicar um petista para a vaga de vice na chapa.

O PSB resistiu a ceder a vice para o PT por causa da possibilidade de Campos ser candidato a governador em 2026, o que exigiria renunciar e entrar na disputa de vice na chapa.

No PT, a leitura é que há resistência de Campos e do PSB. Caso haja negativa, os petistas prometem apoiar ao presidente Lula, única pessoa que acreditam que jamais ouvirá

um tempo de propaganda expressivo no rádio na televisão. Hoje ele tem apoio do PSB e do PSB.

A Federação PT/PP/PC do B tende a caminhar com o prefeito, mas exige indicar um petista para a vaga de vice na chapa.

O PSB resistiu a ceder a vice para o PT por causa da possibilidade de Campos ser candidato a governador em 2026, o que exigiria renunciar e entrar na disputa de vice na chapa.

No PT, a leitura é que há resistência de Campos e do PSB. Caso haja negativa, os petistas prometem apoiar ao presidente Lula, única pessoa que acreditam que jamais ouvirá

te, mas não tem espaços relevantes no governo estadual.

No entorno da tucana, há a crença de que Campos deve ser candidato a governador. Por isso, o governo tenta levar a eleição do Recife para o segundo turno, já que aliados do prefeito apostam na vitória em primeiro turno para, conforme o percentual, mostrar força perante a governadora.

O pré-candidato oficial de lá será o ex-deputado federal e atual secretário de Turismo de Pernambuco Daniel Coelho (Cidadania). A governadora estimula a candidatura do deputado federal Tullio Garcia (Rede-PE), que teve o nome lançado pela sigla no último sábado (6) na disputa pelo PSOL, que tem federação com a Rede e cogita candidatura governista.

A próxima ofensiva de Raquel, segundo seu entorno, será no MDB, que é aliado dela e de Campos simultaneamente.

para uma ofensiva para ter a exclusividade do MDB, que é aliado de governo e prefeitura ao mesmo tempo. A governadora quer tirar o partido do plano de Campos. Além da federação PSDB/Cidadania, a base de Raquel conta com PP, PSD, Podemos, PDT e PL. Esses partidos devem ter candidatos próprios ou apoiar nomes indicados pela tucana.

A leitura no governo é que, com a soma dos partidos, a oposição terá mais tempo de capangagem para desconstruir a imagem de Campos.

Para enfrentar as adversidades, aliados do prefeito dizem que ele já reconheceu a necessidade de ter a federação liderada pelo PT em seu palanque, mas quer postergar a definição sobre vice para julho, enquanto os petistas querem resolver o impasse até abril.